

JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DO FORO DE SÃO CARLOS – SP.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO ELETRÔNICO 1º E 2º LEILÃO DE BEM
MÓVEL E INTIMAÇÃO DE:**

**Exequente: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS – CNPJ Nº
83.310.441/0001-17**

**Executados: ANDRÉ M. DA ROSA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EPP -
CNPJ 06.293.981/0001-99**

ANDRÉ MAURÍCIO DA ROSA - CPF sob o nº 220.603.778-54

INTERESSADOS:

BANCO ORIGINAL S/A; BANCO SANTANDER S/A

BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

ADVOGADOS:

RAFAEL MESQUITA ZAMPOLLI – OAB/SP. 232.475

JULIO CESAR DE SOUZA – OAB/SP 136.785

MARCIO PEREZ DE REZENDE – OAB/SP. 77.460

Processo nº 1010326-89.2019.8.26.0566 - Execução de Título Extrajudicial

A Juíza **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**, MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível Do Foro de São Carlos – SP., na forma da lei, etc. **FAZ SABER** que, com fulcro nos artigos 250 e seguintes das Normas de Serviços da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 236, de 13 de Julho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, notadamente considerando a revogação do Prov. CSM 1625/2009 (Prov. CSM 2614/2021) e Artigos 879 e seguintes do Código de Processo Civil, que através do **Leiloeiro Oficial Danilo Cardoso da Silva – JUCESP 906**, no portal de leilões on-line (www.arenaleilao.com.br), levará à público pregão de venda e arrematação do bem penhorado nos autos do processo em epigrafe na **1ª Praça com início no dia 10 de fevereiro de 2025, às 14h00min, e com término no dia 12 de fevereiro de 2025, às 14h00min**, entregando o bem móvel, a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a **2ª Praça com início no dia 12 de fevereiro de 2025, às 14h00min, e com término no dia 10 de março de 2025, às 14h00min**, caso não haja licitantes na 1ª ocasião, o bem móvel será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao preço vil (Art. 891 do CPC), neste ato **60% (sessenta por cento)** do valor de avaliação do bem atualizado pela Tabela Prática do TJSP, o bem imóvel abaixo descrito, conforme condições de venda constante do presente edital.

DO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS): DOS VEÍCULOS:

LOTE 1 - I/M Benz 312D Sprinter, placa AJQ 2090, cor branca, 2000/2001, Renavam 00749568437 - Avaliado pela Tabela FIPE em outubro de 2024 no valor R\$ 38.837,00 (trinta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais). Consta Débitos de IPVA no valor de R\$ 1.691,84 - Último licenciamento em 2018.

LOTE 2 - Hyundai/Tucson, placa KII 8687, cor preta, 2012/2013, Renavam 00543785890 (DOS DIREITOS SOBRE O VEÍCULO) - Alienação Fiduciária em favor de Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - **Avaliado pela Tabela FIPE em outubro de 2024 no valor R\$ 41.556,00 (quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais). **Consta Débitos de IPVA no valor de R\$ 8.897,18, Multa no valor de R\$ 26.758,40 e Último licenciamento em 2018****

LOTE – 3 - I/M Benz 312D Sprinter, placa CPI 0369, cor branca, 1999/2000, Chassi 8AC690330YA537832, Renavam 00732485657 (DOS DIREITOS SOBRE O VEÍCULO) Alienação Fiduciária em favor do Banco Santander S/A - **Avaliado pela Tabela FIPE em outubro de 2024 no valor R\$ 32.092,00 - (trinta e dois mil e noventa e dois reais). **Consta Multa no valor de R\$ 2.449,15.****

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Lucia Amélia dos Santos Candido, nº 19, Jardim Abdelnur, São Carlos/SP.

Valores serão devidamente atualizados na data de alienação.

RESTRICÇÃO FINANCEIRA: Restrições Renajud: Proc. nº10003225620208260566 - 2ª Vara Cível de São Carlos/SP; Proc. nº 00040311920208260566 - 4ª Vara Cível de São Carlos/SP; Proc. nº 10103268920198260566 - 2ª Vara Cível de São Carlos/SP; Proc. nº 1007836-94.2019 - 1ª Vara Cível de São Carlos/SP; Proc. nºs 00040311920208260566, 10103268920198260566 e 10121074920198260566 - 4ª Vara Cível de São Carlos/SP e Proc. nº 1007836-94.2019 - 1ª Vara Cível de São Carlos/SP;

CADASTRO: O interessado deverá fazer o cadastro prévio no portal de leilões on-line (www.arenaleilao.com.br) com todos os documentos exigidos. Observado, ainda, o prazo de até 72 horas para conferência dos documentos e liberação do cadastro, prazo contados após o recebimento de todos os documentos exigidos no

portal. No caso de processos judiciais em que o interessado seja parte, deverá o mesmo apresentar a Certidão de Objeto e Pé dos referidos processos, podendo o cadastro ser negado após as devidas consultas juntos aos órgãos competentes.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) preço(s) do(s) bem(ns) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial no prazo de 24 horas da realização do leilão. Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito – recomenda-se esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar o depósito. Decorridos o prazo sem que arrematante tenha realizado o depósito, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Se o credor optar pela não adjudicação (art. 876 CPC), participará das hastas públicas e pregões, na forma da lei e igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito, mas se o valor exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação deverá também o credor pagar o valor da comissão ao leiloeiro, que não será considerada despesa processual. **DO PAGAMENTO À VISTA:** O lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (artigo 895, § 7º, CPC).

DOS LANCES: O arrematante deverá oferecer lance através do sítio eletrônico “www.arenaleilao.com.br” em qualquer momento após abertura dos lances, sob pena de nulidade da proposta de arrematação. Fica vedada o cadastramento e participação dos agentes elencados no artigo 890 do CPC.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar ao leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da arrematação, caso haja desistência do leilão, ou acordo extrajudicial, antes do início do leilão, a parte devedora arcará com os custos do edital e outros referentes à divulgação desde que devidamente comprovados pela empresa gestora. Caso isso ocorra depois de iniciado o leilão, além dos custos, arcará a parte devedora com 2,5% (dois

e meio por cento), sobre o valor da avaliação do bem, conforme as alterações do provimento CSM 2319/15 e Resolução 236/2016 do CNJ, art. 7º § 3º.

DO AUTO DE ARREMATACÃO: Nos moldes do art. 20 do Prov. 1625/2009, **auto de arrematação** somente será assinado pelo Juiz de Direito após a efetiva comprovação do pagamento integral do valor da arrematação e comissão. Em caso de pagamento parcelado será assinado após comprovação do valor de entrada da arrematação e comissão do leiloeiro, **ART. 901, §1º E §2º DO CPC**. Na hipótese de não pagamento, aplicar-se-á o disposto no artigo 21 do Provimento. Após assinado pelo Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que sejam julgados procedentes os embargos do executado ou ação autônoma que trata o § 4º do Art. 903 do CPC. **Carta de Arrematação:** Passado o prazo de 10 (dez) dias úteis, previsto no § 2º do Art. 903 do CPC, sem que tenha havido alegação de qualquer das situações previstas no § 1º do mesmo, será expedida a carta de arrematação. Em caso de arrematação parcelada a expedição da carta de arrematação será posterior à comprovação de registro de garantia judicial.

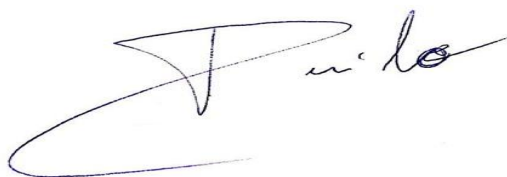
Despesas e demais credores: Aplicar-se-á o disposto no art. 908 do CPC. Eventuais ônus, taxas e impostos incidentes, aplicar-se-á o art. 130, § único do Código Tributário Nacional. Despesas gerais relativas à desmontagem, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados corre por conta do arrematante, previsto no art. 24 do Provimento 1625/2009.

DA INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS, CORRESPONSÁVEIS E DEMAIS INTERESSADOS: Serão cientificados do dia, hora e local da alienação judicial por intermédio de seus advogados, em caso de representação incluindo nome do patrono, **ficando os mesmos intimados das designações supra pelo presente edital**, nos termos do artigo 889 I e parágrafo único do CPC. EVENTUAIS CREDITORES PREFERENCIAIS DOS EXECUTADOS FICAM, DESDE JÁ, INTIMADOS DA DATA E HORÁRIO DOS LEILÕES E DO PRAZO DE SE HABILITAREM EM SEUS RESPECTIVOS CRÉDITOS, ART. 804 DO CPC. AOS

PARTICIPANTES DA HASTA PÚBLICA, NÃO PODERÃO ALEGAR DESCONHECIMENTO DAS CLÁUSULAS DESTE EDITAL, PARA SE EXIMIREM DAS OBRIGAÇÕES GERADAS, INCLUSIVE AQUELAS DE ORDEM CRIMINAL NA FORMA DO ARTIGO 358, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (Todo aquele que impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar concorrente ou licitante, pôr meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará de acordo com o art. 358 do Código Penal incurso na pena de dois meses a um ano de detenção, ou multa, além da pena correspondente à violência).

DISPOSIÇÃO FINAL: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Dado e passado nesta cidade de Jundiaí/SP, 03 de outubro de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Danilo", with a large, sweeping flourish underneath.

Danilo Cardoso da Silva

Leiloeiro Oficial JUCESP 906

DRA. FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI

Juíza de direito